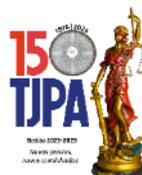




PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO Nº 31 - VERSÃO 01

Objeto: Contratação de docente especializado (a)

para Ministrar o Curso: Decisões Judiciais em Saúde Pública e Suplementar : Impactos , Desafios e Tendencias. - TJPA-PRO-2025/01257



MANUAL DAS
CONTRATAÇÕES

PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES

TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ



INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA

FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO



INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA

FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR



TJPA-PRO-2025/01257V01



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

Contratação direta do docente EDUARDO ALVARES DE OLIVEIRA, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria, para oferta do Curso: Decisões Judiciais em Saúde Pública e Suplementar : Impactos, Desafios e Tendências, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Da natureza

(X) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023

Item	Descrição Quantidade	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Contratação do docente EDUARDO ALVARES DE OLIVEIRA, para ministrar Curso: Decisões Judiciais em Saúde Pública e Suplementar : Impactos, Desafios e Tendências, com destacado conhecimento técnico e pedagógico na matéria,	Hora-Aula	15h	R\$ 173,19 (hora aula TJPA)	R\$ 2.597,85

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

Para justificar a contratação da docente EDUARDO ALVARES DE OLIVEIRA, Conforme o painel de estatísticas processuais de Direito à Saúde do CNJ, tramitam em todo o território nacional quinhentos e oitenta mil processos dentre tutelas individuais e coletivas na temática da saúde pública e suplementar. No ano de 2023 entre os meses de janeiro a abril foram proferidas duzentas e trinta e cinco mil e oitocentas decisões judiciais.

Considerando que o tempo médio de tramitação desses processos até o julgamento está em 439 dias, e em quase todos há pedido de antecipação dos efeitos da tutela é essencial que o Magistrado e Magsitrada utilize o maior número de ferramentas disponíveis para a apreciação dessas liminares, pois, em regra, exaurem o mérito da demanda e possuem caráter de irreversibilidade.

O microssistema de justiça da saúde permite ao Magistrado e Magistrada lançar mão de ferramentas consolidadas como atos normativos (Enunciados do Fonajus e Recomendações dos Comitês Estaduais de Saúde), jurisprudenciais (Temas repetitivos do



STF e STJ) e tecnológicos (sistema e-NatJus, Medicina Baseada em Evidências, Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, dentre outros).

Não menos importante é a análise econômica e social do Direito para que a decisão judicial possa trazer o maior benefício possível para o postulante a um custo razoável para a coletividade, permitindo que os princípios do SUS sejam estritamente observados, mantendo a higidez do maior sistema público de saúde do mundo.

O Sistema Único de Saúde não raras vezes é vítima de demandas altamente predatórias e com potencial risco ao seu equilíbrio econômico-financeiro promovidas pelo conluio formado por grupos de operadores do direito, da saúde e laboratórios que se utilizam do Poder Judiciário para venderem produtos e serviços ao Estado com a inobservância dos princípios licitatórios e superfaturados, motivo pelo qual será feita uma análise profunda do Tema Repetitivo 1033 do STF.

Dessa forma, é necessária a preparação dos magistrados e magistradas, e servidores e servidoras, para o aprimoramento das decisões, para que as mesmas sejam adequadas, justas e metodologicamente corretas, levando a um maior grau de organicidade, eficiência e efetividade do aparelho judiciário.

Assim, o curso tem a finalidade de propiciar aos magistrados e magistradas, servidores e servidoras, oportunidade para assimilar e aplicar a melhor maneira de solucionar as demandas de saúde no país, para uma substancial mudança na forma de reanálise dos fatos, debate e argumentação, a fim de que sejam produzidas decisões estáveis e permanentes.

Formação Prêmio CNJ.

3.1. Fundamentação:

Ressalta-se que a presente demanda consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará para o exercício de 2025, especificamente no item EJ4A25, com autorização da despesa pela Presidência no SIGADOC TJPA-MEM-2024/50685 e encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026, no qual conta com o Macrodesafio o “Aperfeiçoamento da gestão de Pessoas”, tendo como uma de suas iniciativas estratégicas “Aperfeiçoamento da formação de magistrados(as) e servidores(as)”.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
		EJ4A25	

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023



A contratação que constitui o objeto deste documento enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza predominantemente intelectual, sendo prestado por pessoa jurídica de notória especialização, enquadrando-se no artigo 74, inciso III, "f", do Lei 14.133/2021, devendo ser adjudicado ao fornecedor selecionado por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

5.1. Da sustentabilidade

- () Financeira
- () Ambiental
- () Social
- () Outros
- (X) Não se aplica

A presente contratação demonstra alinhamento total com as práticas de responsabilidades socioambiental estabelecidas pelas autoridades judiciárias nacionais. Cumprimos integralmente as orientações estipuladas pela Recomendação nº 11/2007 do conselho Nacional de Justiça-CNJ, assim como as diretrizes da Agenda Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A conscientização e o compromisso com o meio ambiente e a sociedade são pilares fundamentais na execução dos nossos procedimentos, refletindo na seleção de soluções já em consonância com os critérios sustentáveis requeridos.

Com base nesse comprometimento e observância às normativas respectivas, afirmamos que não são necessárias medidas adicionais no que tange à sustentabilidade para a contratação em questão. Tal processo já incorpora as melhores práticas de sustentabilidade, garantindo uma atuação responsável e consciente, em perfeita sintonia com os valores socioambientais promovidos pelas instituições supracitadas.

6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

- (X) NÃO SE APLICA
- () APLICA-SE

7. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.1. Especificação

- 1.1. Catálogo padronizado
- 1.2. [] Sim
- 1.3. [x] Não

8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023



TJPAPRO202501257V01



Contratação da docente EDUARDO ALVARES DE OLIVEIRA, para ministrar Curso Curso: Decisões Judiciais em Saúde Pública e Suplementar : Impactos , Desafios e Tendências, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com destacado conhecimento técnico e especializado na matéria, será executada na modalidade remota, pelo TEAMS, com controle e acompanhamento da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, para o aperfeiçoamento de profissionais da saúde, médicos (as) do TJPA, estando prevista para ocorrer nos dias 09,10,11,e 12 de junho de 2025.

8.1. Condições para a execução do serviço

O serviço será realizado de forma on line, pelo teams, pela EJPA.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços com a máxima qualidade, eficiência e conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que todos os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos exigidos e em conformidade com as normas aplicáveis.

Em caso de identificação de qualquer falha, erro ou inadequação nos serviços prestados, a CONTRATADA deverá solucionar o problema de forma imediata e eficaz, sem causar qualquer prejuízo à CONTRATANTE, arcando com todos os custos necessários para a correção. A CONTRATADA se responsabiliza ainda por eventuais danos decorrentes de sua atuação indevida ou defeituosa, inclusive aqueles relacionados a atrasos, custos adicionais ou prejuízos operacionais da CONTRATANTE, assumindo todas as responsabilidades legais e contratuais pertinentes à regularização do serviço, inclusive no que concerne à responsabilização perante terceiros.

A solução deverá ser realizada no prazo mais curto possível, respeitando os termos acordados no contrato e o interesse da CONTRATANTE em garantir a continuidade das suas atividades de maneira ininterrupta e sem prejuízos financeiros.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação

- () Necessidade de formalização contratual
- (**X**) Formalização via empenho
- () Outro instrumento substitutivo

Informamos que a contratação será formalizada por meio de nota de empenho, uma vez que não gerará obrigações futuras.

10.2. Obrigações da Contratada



TJPA PRO 202501257V01



- 10.2.1.** Prestar o serviço contratado no período e local indicados pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência, e seus anexos e termo de aceite;
- 10.2.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 10.2.3.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;
- 10.2.4.** Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação, inclusive quanto ao reagendamento do curso/evento;
- 10.2.5.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.7.** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação. Ademais, é vedada qualquer subcontratação ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade de licitação para contratação direta dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos casos previstos no art. 74, III, da Lei n. 14.133/21.
- 10.2.8.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 10.2.9.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 10.2.10.** Fornecer o material didático do curso por meio de arquivos digitais;
- 10.2.11.** Manter todo o escopo da proposta apresentada
- 10.2.12.** Encaminhar o resultado das avaliações, se houver, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do término da formação.

10.3. Obrigações do Contratante

- 10.3.1.** Receber o serviço, oportunizando a participação dos magistrados (as) e servidores(as), a participarem curso, na plataforma indicada, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;
- 10.3.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- 10.3.3.** Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 dias úteis após o recebimento do resultado das avaliações, se houver, ou, após emissão de relatório com frequência e notas;
- 10.3.4.** Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos;
- 10.3.5.** Contratar novo docente, caso necessário o reagendamento da formação em que haja impedimentos legais.



11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

(X) NÃO SE APLICA

11.1. Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência da contratação é de quatro dias contados do dia 09 a 12 de junho de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Prazo de execução dos serviços

09, 10, 11, e 12 de junho de 2025

Horário de 15h as 18h (3h síncronas e 1h assíncrona)
Carga horária do docente: 15h

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1. Estabelecimento de condições gerais

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por equipe designada pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, composta por gestor e fiscal técnico, conforme indicado neste Termo de Referência. Caberá a essa equipe assegurar que o serviço seja prestado em conformidade com as cláusulas contratuais, observando os aspectos técnicos, operacionais e administrativos da contratação. A fiscalização será realizada de forma presencial durante a execução do curso, com o registro de ocorrências relevantes, verificação da frequência dos participantes, cumprimento da carga horária e avaliação da qualidade do conteúdo ministrado. A equipe responsável atuará também no recebimento e conferência do material didático digital, bem como na verificação do cumprimento de prazos e entrega dos resultados das avaliações. Os contatos com a CONTRATADA serão realizados preferencialmente por meio eletrônico (e-mail institucional) e, quando necessário, por telefone ou reunião presencial/virtual. Toda comunicação oficial será registrada, garantindo a rastreabilidade e a transparência do processo. Qualquer intercorrência relacionada à execução contratual deverá ser comunicada de imediato à gestão da Escola Judicial, a fim de possibilitar medidas corretivas tempestivas, assegurando a boa-fé contratual e o interesse público.

12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.2.1. Gestor do Contrato

Titular: JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR
Matrícula: 191736
Substituta/Substituto: IRACEMA DE SOUZA ALCANTARA
Matrícula: 95796

12.2.2. Fiscal Técnico



TJPAPRO202501257V01



Titular: SYNTHIA MARIA GUIMARÃES ANGELIM
Matrícula: 171395
Substituta/Substituto: Simone Monteiro Bahia
Matrícula: 174581

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1. Prazo e forma para pagamento

13.1.1. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pelo TJPA ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da nota fiscal. (Art. 50 da IN nº 01/2023).

13.1.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do Contratado.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1. Forma de seleção

(x) Inexigibilidade de licitação.

14.2. Exigências de habilitação

14.3. Será requerido da contratada se for Pessoa Jurídica, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

1. Apresentação da certidão denominada “situação do fornecedor” emitida via SICAF
 - 1.1. Caso algum dos documentos relativos à regularidade não estejam atualizados no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais, quais sejam:
 - 1.1.1. Cartão de CNPJ
 - 1.1.2. Certificado de Regularidade do FGTS;
 - 1.1.3. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
 - 1.1.4. Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;
 - 1.1.5. Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);
2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
3. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS);
4. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
5. Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
6. Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;



7. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário.;
8. Documentos de constituição da Pessoa Jurídica (contrato social com todas as alterações ou última alteração com a consolidação do contrato social ou outro documento de constituição da pessoa jurídica);
9. Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente

14.4. Será requerido da contratada se for Pessoa física, para fins de habilitação, os seguintes documentos

1. Apresentação da certidão emitida via SICAF
 - a. Caso algum dos documentos relativos à regularidade não esteja atualizado no referido cadastro, a empresa deverá apresentar as certidões emitidas pelos órgãos oficiais. Os documentos compreendidos são:
 - i. Certificado de Regularidade do FGTS (A regularidade junto ao FGTS é atestada por meio do número do CEI que é um cadastro que se equivale a de pessoa jurídica, uma vez que se refere à regularidade do empregador. **APLICA-SE-À PESSOA FÍSICA NOS CASOS ESPECÍFICOS**, apresentados abaixo: Equiparados à empresa desobrigados da inscrição no CNPJ, · O Dono da obra de construção civil, · Produtor rural contribuinte individual, · Segurado especial, Titular de cartório, · Adquirente de produção rural e · Empregador doméstico)
 - ii. Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
 - iii. Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual do Pará;
 - iv. Certidão Negativa Municipal (Pode ser dispensada mediante justificativa);
 2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 3. Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
 4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário.;
 5. Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente
 6. Cópia de RG e CPF da Pessoa Física

7. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023

(X) NÃO SE APLICA (POR NÃO HAVER CONTRATO)

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, ° inciso XVII da IN nº 01/2023

- O custo estimado total da contratação é de R\$ \$ 2.597,85 (dois mil quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos informados.
- O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....



[] A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

[] O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: EJPA

Ação 1417.8164

Despesa 33.90.36

Item 2757

10. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

a. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art. 156; 162 da Lei nº 14.133/2021.

b. No caso de a contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeito à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitando seu direito ao contraditório e a ampla defesa:

i. advertência, pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

ii. multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pelas seguintes infrações:

1. pela recusa injustificada da contratada de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;

2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação;

iii. multa de 0,8% (oito décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da contratação, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

iv. multa de 1,00% (um por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;

v. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da contratação na hipótese de inexecução total do objeto por mais de 30 (trinta) dias;

vi. impedimento de licitar e contratar;

vii. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração conforme o procedimento do art. 158 da Lei 14.133/21.



- c. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.
- d. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- e. O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado.
- f. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.
- g. Serão observadas as normas contidas na IN nº 03/2024 – Processo Sancionatório.

11. DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (03/2025):

Data de retirada no Portal das Contratações: 29/03/2025

12. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 24 de abril de 2025

JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR

Integrante Requisitante

Matrícula 191736

SYNTHIA MARIA GUIMARAES ANGELIM

Integrante Técnico

Matrícula 126322

